

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005964-50.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Planos de Saúde**
 Requerente: **Vera Lucia Vicentine**
 Requerido: **São Francisco Sistema de Saúde Sociedade Empresária Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Glauce Helena Raphael Vicente Rodrigues**

Vistos.

VERA LÚCIA VICENTINI promove ação, com pedido liminar, contra **SÃO FRANCISCO SISTEMA DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.**, alegando, em resumo, ter havido aumento desproporcional no valor da mensalidade de plano de saúde coletivo do qual é beneficiária. Pede seja reconhecida a abusividade do aumento, condenando-se a requerida a aplicar o IGPM-FGV, no percentual de 5,3866400%, ou, subsidiariamente, o índice utilizado pela ANS para os planos individuais, de 13,57%.

A tutela de urgência foi deferida nas fls. 34/35, determinando que a ré se absteresse de implementar o aumento da mensalidade relativa ao pagamento do plano de saúde coletivo contratado pela autora, bem como que a majoração se desse em conformidade com os índices da ANS, com a manutenção de cobertura de todos os serviços. A r.decisão foi alvo de Agravo de Instrumento, ao qual foi dado provimento nos termos do v.acórdão de fls. 166/170,

Contestação nas fls. 49/70, aduzindo preliminares e, no mérito, postulando a improcedência da ação.

Houve réplica (fls. 161/164).

É o relatório.**Fundamento.**

É caso de julgamento antecipado.

A inicial não é inepta atendendo satisfatoriamente aos requisitos legais, permitindo o contraditório e ampla defesa.

A ré é parte legítima para a ação, na medida em que responsável pelo plano de saúde coletivo do qual a autora é beneficiária.

A preliminar referente à falta de interesse de agir, diz respeito ao mérito da ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No mérito, a ação é improcedente.

Em que pese a alegação de abusividade no aumento da mensalidade do plano de saúde coletivo da autora, conforme se infere da documentação que instrui os autos, a mensalidade devida pela autora passou de R\$282,00 para R\$344,72 (fls. 143), o que implica dizer que o índice de reajuste considerado foi de 30%, estando ausente a alegada abusividade.

Não é demais lembrar que os índices divulgados pela ANS se aplicam a contratos individuais e não coletivos, como no caso do contrato da autora, o qual segue regras próprias.

Nesse sentido, os reajustes aplicáveis visam à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo certo que, na hipótese dos autos, não se revelam abusivos ou exorbitantes.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação.

Em razão da sucumbência, deverá a autora suportar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ora fixados em 20% sobre o valor da causa, observada a gratuidade processual que lhe foi concedida.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 12 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**